

DIEGO NOGUEIRA DIAS E LEONARDO BARCI CASTRIOTA

São João del-Rei, Laboratório do Pensamento Modernista: os agentes e o Iphan

São João del-Rei, laboratory of modernist thought: the agents and Iphan

Diego Nogueira Dias

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, 2016), mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ), na linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio. Integrante dos grupos de pesquisa “Conservação e reabilitação urbana e arquitetônica” (UFMG) e “Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus” (UFRJ).

Architect and Urban Planner by the Federal University of São João del-Rei (UFSJ, 2016), attending Masters Degree in the Postgraduate Program in Architecture of the Federal University of Rio de Janeiro (PROARQ / FAU / UFRJ), in the research field Restoration and Patrimony. Member of the research group “Conservation and Urban and Architectural Rehabilitation” (UFMG) and “Group of Studies of Architecture of Museums” (UFRJ).

diegofletcher@hotmail.com

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 1986), com doutorado em Filosofia pela mesma instituição (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), no Brasil.

Architect and Urban Planner from the Federal University of Minas Gerais (UFMG, 1986), with a Ph.D. in Philosophy from the same institution (2000) and postdoctoral fellow at the Getty Conservation Institute (GCI) in Los Angeles (2001) and Universidad Politécnica de Madrid 2009/2010). He is currently Professor of the Federal University of Minas Gerais and president of the International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) in Brazil.

leocastriota@yahoo.com.br

Resumo

Desde o início do século vinte as discussões em torno do Patrimônio Histórico passaram por profundas ampliações, e com isso surgiram grandes desafios em relação às políticas e aos critérios a serem usados para a preservação dos bens culturais em todo o Ocidente. No Brasil, essas discussões ganharam ênfase a partir da década de 1920 com a ideia do Estado Novo de construir o “novo homem brasileiro”, trazendo aos arquitetos as primeiras reflexões em torno da preservação do patrimônio em consonância com o esforço para compreender e definir a nação brasileira. Entretanto, ainda hoje, grande parte dos estudos feitos sobre a construção da ideia de preservação em nosso país gira em torno da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, criado em 1937. Assim, este artigo objetiva aclarar as formas de atuação do Iphan na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, desde 1938, quando se deu o tombamento da cidade pelo órgão, até 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal Brasileira. Considera-se, para tanto, os trabalhos dos arquitetos Sylvio de Vasconcellos, Alcides da Rocha Miranda e Arthur Arcuri, principais personagens envolvidos nas intervenções ocorridas na cidade mineira. A análise de relatórios de obras e comunicações internas disponíveis no Centro de Documentação e Informação do Iphan em Belo Horizonte e no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro possibilitou o conhecimento da visão desses profissionais sobre o centro histórico são-joanense, compreendida à sua imagem de núcleo “genuinamente brasileiro”, formador da nação. Observou-se a construção de políticas e estratégias de ações, pois, estando os mesmos vinculados aos escritórios do Iphan em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, estenderam a sua influência nas cidades consideradas “monumentos” da identidade nacional. Observa-se ainda o descompasso entre as ações traçadas pelo pequeno grupo de intelectuais à frente do Iphan em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, incluindo seus reflexos em São João del-Rei. Pretende-se com essa análise abrir perspectivas para o entendimento das consequências dessas ações, hoje consolidadas no centro histórico são-joanense..

Palavras-chave: Cidades históricas. São João del-Rei. Iphan. Agentes do patrimônio. Sylvio de Vasconcellos.

Abstract

Since the beginning of the twentieth century, discussions about historical heritage have gone through deep expansions, and with this, major challenges arose in relation to the policies and criteria to be used for the preservation of cultural assets throughout the West. In Brazil, these discussions gained emphasis from the 1920s on the idea of the New State to build the “new Brazilian man”, bringing to the architects the first reflections on the preservation of heritage in line with the effort to understand and define the Brazilian nation. However, most of the studies done today about the construction of the idea of preservation in our country revolves around the work of the National Historical and Artistic Heritage Institute - Iphan, created in 1937. Thus, this article has the purpose of clarify the ways in which Iphan operates through the structuring of its policies in the city of São João del-Rei (Brazil), since 1938, when the city was registered by the organ, until 1988, with the promulgation of the current Brazilian Federal Constitution. The works of the architects Sylvio de Vasconcellos, Alcides da Rocha Miranda and Arthur Arcuri, the main characters involved in the interventions that took place in the city, are considered. The analysis of works and communications reports available at the Documentation and Information Center of Iphan in Belo Horizonte and in the Central Archives of Iphan in Rio de Janeiro made it possible to know the vision of these professionals about the historical center of São João del-Rei, understood in their image of nucleus “genuinely Brazilian”, formative of the nation. It was observed the construction of policies and strategies of actions, since they were linked to Iphan’s offices in Belo Horizonte and Rio de Janeiro, and extended their influence in cities considered as “monuments” of national identity. It is also possible to observe the mismatch between the actions of the small group of intellectuals at the head of Iphan in Minas Gerais and Rio de Janeiro, including their repercussions in São João del-Rei. It is intended with this analysis to open perspectives for understanding the consequences of these actions, now consolidated in the historical center of São João del-Rei.

Keywords: Historical cities. City of São João del-Rei. Iphan. Heritage agents. Sylvio de Vasconcellos.

Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa¹ que investiga o processo de tombamento da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan², em 1938, e suas repercussões, destacando os agentes envolvidos nas transformações ali ocorridas. Considera-se que as formas de organização urbana e as relações político-sociais são produtos construtores da identidade são-joanense na condição de “cidade colonial”. É preciso refletir sobre o fato de que um núcleo urbano só pode ser considerado histórico quando são expressas as transformações arquitetônicas de certo período, sem que haja intervenção resultante da ação de órgãos responsáveis pela preservação patrimonial.

Em linhas gerais, a produção acadêmica existente sobre o patrimônio em São João del-Rei é formada por diferentes narrativas e análises dedicadas às disputas entre ditos progressistas e preservacionistas. Nesse contexto, são especiais as discussões acerca do tombamento da cidade e a respeito do casarão onde funciona atualmente o Museu Regional de São João del-Rei (FLORES, 2007; PEREIRA, 2009). Recentemente, têm sido realizadas outras análises sobre essa temática. Tavares (2012) afirma que, nas décadas posteriores ao tombamento, ocorreram, na paisagem urbana são-joanense, diversas modificações devidas a embates entre atores locais e agentes ligados ao Iphan. Esse historiador considera ainda que as disputas pela implementação de políticas públicas urbanas circundavam os usos e as apropriações da cidade. Além dos trabalhos mencionados, destaca-se a pesquisa realizada por Guimarães (2016), a qual auxilia a compreender as questões arquitetônicas são-joanenses, especialmente no que concerne ao estilo imperial-neoclássico.

Este trabalho busca traçar um panorama da atuação do Iphan e suas peculiaridades em São João del-Rei, com intervenções e pensamentos exclusivos de arquitetos do Movimento Moderno. Assim, propõe-se investigar o recorte temporal delimitado pelo tombamento oficial da cidade, ocorrido em 1938, e a promulgação da atual Constituição Federal brasileira, que instituiu a criação dos conselhos municipais de patrimônio, em 1988. Enfatiza-se aqui elementos diversos daqueles já pesquisados, uma vez que busca-se destacar aspectos locais ao invés da história institucional do Iphan na totalidade.

Dessa forma, a pesquisa documental é a atividade metodológica mais adequada para este trabalho. Por pesquisa documental, compreende-se a investigação voltada para elucidar um problema de origem histórica por meio do estudo de fontes impressas originais (PIMENTEL, 2001). Desse modo, concebe-se que a construção do objeto de pesquisa é condicionada pelo referencial teórico-metodológico e pelas fontes que constituem o corpus pesquisado. A literatura acadêmica e fontes documentais foram coletadas no Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, no Centro de Documentação e Informação do Iphan, em Belo Horizonte, e no acervo do Museu Regional de São João del-Rei. Esses acervos possuem documentos de diversos tipos (fotografias, desenhos técnicos, relatórios de obras, mapas, telegramas e outras correspondências etc.), os quais registram as intervenções arquitetônicas realizadas, as visitas e os pareceres técnicos. Tais fontes foram lidas sistematicamente e organizadas em função do objetivo deste trabalho. Buscou-se, desse modo, identificar pistas, indícios e lacunas que permitissem descrever a ação do Iphan e as transformações ocorridas durante o período estudado.

¹ Este artigo é parte da pesquisa iniciada no projeto de Iniciação Científica “A via crítica do patrimônio”, financiado pelo CNPq no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e em desenvolvimento com bolsa da CAPES no curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-FAU/UFRJ), sob a orientação da professora doutora Cêça Guimaraens.

² Neste artigo, opta-se, em respeito aos nomes dados ao órgão ao longo do período investigado, pela utilização do termo Iphan para denominar o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que, no recorte temporal analisado também recebeu o nome de Sphan (serviço/secretaria) e Dphan (diretoria).

O artigo abrange um panorama da preservação do patrimônio no Brasil, as primeiras investidas em torno da criação de uma “identidade nacional”, e a criação do Iphan. A estrutura do texto demonstra, em um movimento de aproximação, a análise da atuação do órgão em São João del-Rei. Essa trajetória é definida com base na análise de grandes acontecimentos e dos agentes que foram os responsáveis por moldar o núcleo urbano tombado.

A preservação do patrimônio no Brasil

Os primeiros olhares sobre a preservação artística e histórica no Brasil tiveram início nas décadas iniciais do século vinte. Naquele momento, alguns acontecimentos fomentaram as primeiras discussões que voltaram os olhares de intelectuais para o passado da nação. Importante grupo de intelectuais paulistas, Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre eles, proclamaram o desejo de ser modernos. Para isso, buscavam no passado colonial uma identidade para fundamentar seus ideais. O Movimento Moderno tinha interesse no debate sobre a arquitetura colonial brasileira, debate este estimulado pelo movimento neocolonial. Esta foi uma condição intrínseca para o reconhecimento do patrimônio brasileiro como tal, “que não se manifestou imediatamente em qualquer veleidade preservacionista” (PINHEIRO, 2011, p.249).

Com a criação do Iphan, em 1937, pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi chamado para dirigir o órgão. Esse foi também momento marcante para as artes - com o Movimento Moderno - e para a política - com a instauração do Estado Novo. Esse contexto fez do Iphan o representante legítimo dos ideais nacionais, tornando-se a instituição, praticamente, sinônimo de patrimônio.

A estrutura do Iphan, montada na então capital federal Rio de Janeiro, foi articulada em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET) e Divisão de Conservação e Restauração (DCR). As políticas implantadas inicialmente foram centradas no tombamento e na criação de uma revista que desse visibilidade e respaldo às ações então empreendidas. Em 1938, seguindo a promulgação no ano anterior do Decreto-Lei 25/37, foram estabelecidos os quatro livros do tombo (História; Belas-Artes; Artes Aplicadas; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), nos quais passaram a ser registrados os bens objetos de tombamento.

O espaço editorial do Iphan era, sem dúvida, “um lócus de ação bastante distinto” (CHUVA, 2009, p.246), quando comparado à área técnico-administrativa e ao Conselho Consultivo do órgão. A criação da revista visava promover o patrimônio do país, articulando um debate entre intelectuais e protagonistas do Iphan. Esse debate era implementado por meio de notícias, artigos e polêmicas na grande imprensa, somando-se ao caráter legitimador e divulgador de um “conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado” (CHUVA, 2009, p.246).

O projeto de preservação do patrimônio no Brasil foi tratado de forma abrangente e centralizada. Para isso foi elaborada uma proposta de ação que incluía grande número de bens localizados em todo o território. Os técnicos da preservação eram os mesmos agentes do Movimento Moderno. Na primeira fase, não foi estabelecida nenhuma diretriz para aprovação de projetos e intervenções em edificações em áreas tombadas. O foco era a aplicação do instituto do tombamento e a legitimação dessas ações por meio da publicação de textos na Revista do Iphan.

A seguir apresenta-se os reflexos que tais temáticas e questionamentos tiveram na atuação das equipes iphanianas em São João del-Rei.

O Iphan em São João del-Rei

O tombamento nacional (1938 a 1945)

O conjunto urbano de São João del-Rei é o primeiro bem inscrito no livro de Belas Artes (Processo nº 0068-T-38, Inscrição nº 001 do Livro de Belas Artes, em 04/03/1938). Além disso, entre 1938 e 1946 foram tombados isoladamente os seguintes monumentos, considerados de essencial importância arquitetônica: Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, dois Passos da paixão de Cristo à rua Getúlio Vargas e o sobrado à rua Marechal Deodoro, número 12, que pertenceu ao Comendador João Antônio da Silva Mourão. Apenas em 1989 o complexo ferroviário, o único em estilo eclético dentre os bens eleitos para tombamento, foi incluído nessa lista.

Em 1938, toda a área urbana foi considerada tombada. Porém não foi demarcado o perímetro de proteção. Naquela época a atuação do Iphan acontecia de forma tímida e pontual. Pouco se fazia para assegurar a proteção dos imóveis e da paisagem urbana colonial. Mapear os monumentos que deveriam ser considerados como formadores da “identidade nacional” mostraria que a formação do Brasil não se deu ao acaso e que o país possuía cultura e tradições próprias. (COSTA apud PEREIRA, 2009, p.43).

A necessidade de inventar o “nacionalismo” embasava-se na política de Getúlio Vargas, que buscava “transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade nacional, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 91-93). Criado o Iphan nesse contexto, a preservação patrimonial “se baseava muito mais em quesitos estéticos e monumentais do que em aspectos sociais e políticos” (PEREIRA, 2009, p.45), justificando-se a proteção segregada e desprovida de caráter de conjunto conforme se verifica no tombamento de São João del-Rei.

A cidade, diferentemente de outros núcleos coloniais, Ouro Preto inclusive, não havia entrado em decadência econômica após a escassez do ouro. São João del-Rei sempre se adaptava às novas demandas e mudanças econômicas, firmando-se como importante centro administrativo no início do século dezenove. Mais tarde, mostrando uma significativa produção agropecuária, com a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), em 1881, uma nova dinâmica se estabeleceu na área urbana, por meio do escoamento da produção rural para a então capital Rio de Janeiro.

Na sequência, a cidade sua produção econômica, investindo em indústrias têxteis, instaladas sempre ao longo da malha férrea, de forma a facilitar o transporte de mercadorias. Concomitantemente às fábricas, a atividade comercial se mostrou crescente e geradora de renda, fixando-se estritamente na área central da cidade nos primeiros anos do século vinte, impulsionada pelo aumento da circulação de capital e de pessoas, levando à criação da Associação dos Empregados no Comércio de São João del-Rei, em 1903. Esta cidade, dinâmica e mutável, recebeu na década de 1920 a visita de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral e outros intelectuais ligados à Semana de Arte Moderna de 1922, os quais ao ver, em meio a tanta modernidade, o seu aspecto colonial, retrataram em textos e pinturas diversas as edificações que posteriormente seriam tombadas pelo Iphan.

O núcleo urbano central, tão visado e estudado, logo após ser tombado, em 1937, foi motivo de forte oposição da elite progressista local. No início da década de 1940, alguns políticos e parte do empresariado são-joanense explicitaram seu descontentamento com a proteção de nível federal, atribuindo a isso a estagnação do setor comercial no centro de São João del-Rei. Para esses, o tombamento da cidade inibia novos investimentos e desestimulava a abertura de novos negócios. Para reverter tal situação, realizaram reunião com o prefeito Cristóvão de Abreu Braga, buscando apoio e soluções que evitassem a falência do comércio.

Período Sylvio de Vasconcellos (1946 a 1969)

Prefeitura e empresários, ao recorrerem ao escritório do Iphan em Belo Horizonte, foram orientados a apresentar proposta de delimitação da área tombada (PEREIRA, 2009). Em 14 de novembro de 1947, com base nessa proposta, o arquiteto Alcides da Rocha Miranda³ foi enviado a São João del-Rei para estudar a área urbana e montar novo perímetro de tombamento [1]. Nessa ocasião, Sylvio de Vasconcellos⁴, à época chefe do Iphan em Minas Gerais (cargo que hoje corresponde ao de superintendente), convidou o engenheiro-arquiteto Arthur Arcuri⁵, de Juiz de Fora, para assumir a responsabilidade pela manutenção e pela fiscalização do patrimônio de São João del-Rei e Tiradentes (PEREIRA, 2009).

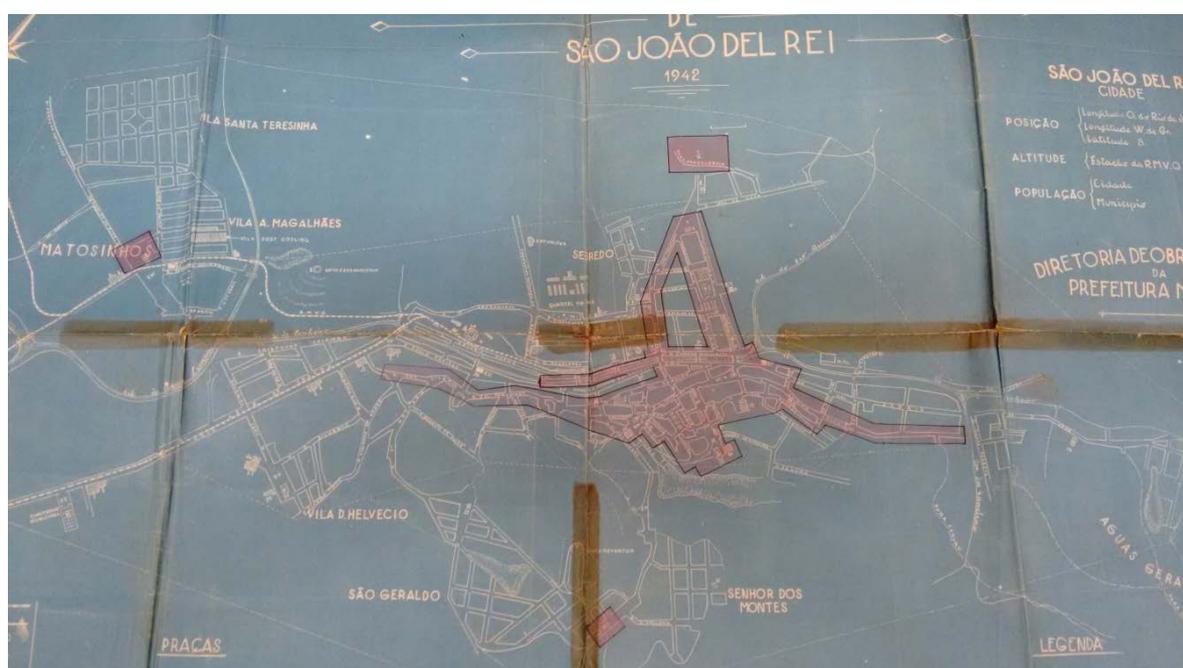


FIGURA 1 – Delimitação de tombamento proposta por Alcides da Rocha Miranda sobre um mapa da cidade de 1942, onde inclui, além do perímetro central, monumentos isolados: Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e Capelas do Bonfim e Senhor dos Montes.

Fonte: Arquivo do Centro de Informação e Documentação do Iphan/MG, Belo Horizonte.

Então, Arcuri iniciou um estudo na área delimitada por Miranda. Além de extenso levantamento fotográfico [2], ele elaborou um mapa [3] no qual marcou todas as edificações consideradas por ele “modernas” à época (eccléticas, art déco e proto-modernistas), buscando explicitar a descaracterização do núcleo colonial.

3 Alcides da Rocha Miranda (1909-2001) nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, e trabalhou como técnico do Iphan de 1940 a 1978, tendo atuado ao lado de Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade.

4 Sylvio de Vasconcellos (1916-1979) nasceu em Belo Horizonte, era Arquiteto, professor, foi presidente da seção de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil e chefe do Escritório do Iphan no mesmo estado entre 1939 e 1969.

5 Arthur Arcuri (1913-2010) nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, formou-se Engenheiro-Arquiteto pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e trabalhou como técnico do Iphan entre 1948 e 1970.



FIGURA 2 – Recorte do levantamento fotográfico realizado por Arthur Arcuri em 1947, nos estudos dentro da área delimitada para tombamento por Alcides de Rocha Miranda, com numeração das edificações em vermelho, e descrição dos imóveis em preto.

Fonte: Arquivo do Museu Regional, São João del-Rei.

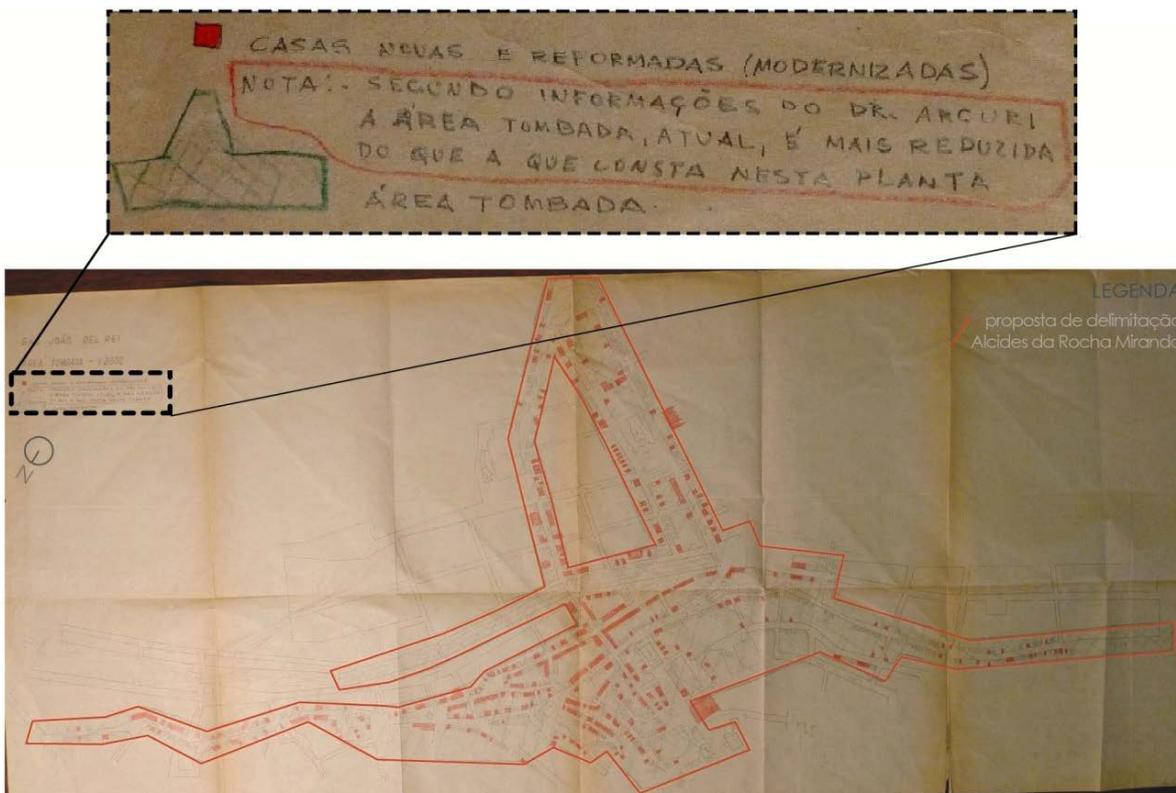


FIGURA 3 – Mapa elaborado por Arthur Arcuri, em 1947, onde enfatizou a “descharacterização” da área delimitada para tombamento por Alcides de Rocha Miranda. Em destaque a anotação com a legenda das edificações marcadas em vermelho como “casas novas e reformadas (modernizadas)”.

Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro; modificado pelos autores, 2017.

Insatisfeita com a proposta apresentada por Miranda, a Prefeitura apresenta uma terceira proposta que correspondia aproximadamente à metade da área delimitada pelo técnico do Iphan (PEREIRA, 2009). Ao procurar resolver o impasse, Sylvio de Vasconcellos, tendo em mãos a proposta de Miranda e as duas propostas da Prefeitura, elaborou nova delimitação do perímetro tombamento, abarcando trechos das três propostas [4]. Vasconcellos acatou todas as solicitações da Prefeitura, à exceção “de dois quarteirões centrais situados entre as ruas Marechal Deodoro e Getúlio Vargas; e de trechos situados entre a Igreja das Mercês e a Rua João Mourão” (PEREIRA, 2009), os quais foram mantidos dentro do perímetro de tombamento por ele estabelecido.

Com a aprovação dessa proposta de Sylvio de Vasconcellos pela Prefeitura Municipal em 28 de novembro de 1947, estabelecia-se o novo perímetro de tombamento da cidade. A Notificação 45A, que legitimava o novo limite, foi comemorada pelo empresariado e imprensa local. Aparentemente, ao superar o impasse inicial, a atuação do Iphan a partir daquele momento se fez mais presente nas obras de intervenção e fiscalização dos imóveis protegidos.



FIGURA 4 – Sobreposição das propostas de delimitação de tombamento: em vermelho a de Alcides da Rocha Miranda; em amarelo a segunda proposta de delimitação pela Prefeitura; e em preto a área efetivamente delimitada, por Sylvio de Vasconcellos.

Fonte: Arquivo do Centro de Informação e Documentação do Iphan/MG, Belo Horizonte; modificado pelos autores, 2017.

Após a delimitação de tombamento da cidade, entre 1948 e 1968, diversos foram os pedidos de revisão do perímetro protegido, solicitados por engenheiros, construtoras e políticos (PEREIRA, 2009). É interessante notar-se que o próprio Sylvio de Vasconcellos já manifestava interesse em reduzir a área tombada da cidade à apenas o entorno imediato dos imóveis tombados, como as igrejas e o prédio do museu, justificando que a cidade já estava por demais descaracterizada.

Entretanto, pareceres contrários à diminuição da área de tombamento delimitada em 1947 prevaleceram. O arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles⁶, que em fevereiro de 1967, em carta ao Diretor de Conservação e Restauração do Iphan, relata

[...] 3 - Julgamos, concordando com sucessivos pareceres do arquiteto Paulo T. Barreto e despachos do Sr. Diretor Geral [Rodrigo Melo Franco de Andrade], que é totalmente desaconselhável qualquer resolução que resulte em redução ou em alteração de demarcação da área preservada, não só pelo precedente que isto iria representar, como pela necessidade de ser assegurada, pelo menos nesta área, algumas das características que ainda se mantém, tais como gabarito, e certo disciplinamento de fachadas e de telhados. (TELLES, 1967, s.p.)

Silva Telles ainda solicita o tombamento individual de diversos imóveis que considerava essenciais no núcleo tombado, pois, apesar das características individuais destes não serem significativas, imprimiam valor ao conjunto. Embora tenha havido grandes discussões em torno do perímetro de tombamento, é importante notar que este permanece hoje exatamente o mesmo estabelecido pela Notificação 45A de 28 de novembro de 1947.

Essa fase de atuação do Iphan em São João del-Rei (1946-1969) também foi marcada pela inexistência de diretrizes para aprovação de projetos de reformas e novas construções. Volumetria e tipo de cobertura eram problemas levados em conta; mas, a falta de critérios mais específicos causou descontentamento entre a população. Os moradores alegavam inconsistências nas autorizações, pois obras de intervenção aprovadas em algumas edificações eram negadas em casos semelhantes.

Apesar de o Iphan desde o início, professar a distinguibilidade das intervenções, ao longo do tempo os projetos aprovados apresentavam características que mimetizavam a linguagem das edificações coloniais. Desse modo, as casas contemporâneas que externamente se pareciam com as do século dezoito criavam o que passou a ser chamado “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987, p.110).

Durante a gestão de Sylvio de Vasconcellos na chefia do Iphan em Belo Horizonte foram realizadas diversas intervenções e obras de manutenção de moradias na área tombada. Esses reparos eram realizados⁷ nas fachadas e na estabilização dos telhados, principalmente, estes sempre mais complexos e dispendiosos, e um dos elementos que mais importava aos técnicos na manutenção do conjunto, cabendo aos proprietários arcar com as despesas com o material, pois a mão-de-obra era remunerada pelo Iphan. A análise dos documentos existentes nos arquivos do Iphan possibilitou identificar os funcionários

Quando Arthur Arcuri vinha a São João del-Rei, quinzenalmente, enviava um relatório ao diretor geral do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, com cópia a Vasconcellos, para colocá-los a par do que se passava na cidade. Em casos de aprovação de projeto

⁶ Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012) nasceu no Rio de Janeiro. Arquiteto, foi diretor de Conservação e Restauração do Iphan entre 1957 e 1988, professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1952 e 1982, e um dos membros fundadores do Comitê Brasileiro do International Council of Monuments and Sites - ICOMOS.

⁷ A análise dos documentos pesquisados nos arquivos do Iphan possibilitou identificar os funcionários que trabalharam nas obras: Geraldo Alves do Nascimento, entre 1947 e 1960, que se auto-intitulava representante do Iphan em São João del-Rei; Antônio Martins de Lima, entre 1947 e 1959, mestre-de-obras; e Geraldo Rodrigues Ferreira, entre 1960 e 1975, mestre-de-obras que substituiu Geraldo Alves.

em determinada área, a análise e parecer do chefe do Iphan em Minas Gerais poderiam se basear nesses relatórios ilustrados com fotografias do próprio Arcuri. Isso possibilitou a formação de um grande acervo fotográfico, no qual a situação de terrenos e edificações está registrada antes e depois das obras.

A atuação conjunta desse grupo de profissionais perdurou até 1969, quando Sylvio de Vasconcellos foi aposentado compulsoriamente durante a Ditadura Militar, pelo Ato Constitucional nº 5. Nessa ocasião, além de ter saído do país, ele foi afastado também da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (BICALHO et al., 2006). A partir de então iniciou-se um período de regressão das atividades de proteção da cidade, pois o Iphan reduziu a sua atuação de maneira drástica.

A regressão na proteção do conjunto (1970 a 1977)

Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, assumiu a diretoria do Iphan o arquiteto Renato Soeiro⁸, que não teve o mesmo prestígio e reconhecimento que o antigo diretor, principalmente entre os meios políticos. O período foi marcado pela adequação do perfil das políticas de patrimônio às novas circunstâncias do país, marcado de um lado pela ditadura militar, e por outro, por um rápido crescimento econômico (SOPHIA, 2015). Sob a direção de Soeiro o Iphan tombou a maior parte dos bens do Modernismo Brasileiro (SANTOS, 2008).

Na década de 1970 o regime ditatorial, instaurado em 1964, atingiu sua maior popularidade. Esse foi um período em que as diretrizes nacionalistas de desenvolvimento conviviam com o chamado “milagre econômico” e a intensificação da tortura e da censura às artes. Naquele momento, em consonância com as novas ideias de desenvolvimento, o Iphan discutiu com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) alternativas para novas políticas de articulação da preservação com o desenvolvimento econômico.

O primeiro desdobramento desse fato está registrado nas “Normas de Quito” de 1967. O Compromisso de Brasília, de 1970, e a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)⁹, de 1972, que visava, entre outros, dotar os centros históricos brasileiros de uma melhor infraestrutura, foram os principais rebatimentos dessas discussões. Interessa frisar que, no período compreendido entre 1967 e 1979, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou o tombamento de mais 12 conjuntos urbanos, os quais se somaram aos já protegidos nas décadas anteriores.

Naquela época, a falta de atualização, instrumentalização e capacitação do corpo técnico do Iphan motivou muitas discussões. Foi então criado, em 1973, o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE). Em 1979, o PCH e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que se dedicava ao registro e promoção das referências culturais foram agregados ao Iphan, que passou a ser dirigido pelo designer Aloísio Magalhães (FONSECA, 2009).

Nessa década, a atuação crescente em importância e quantidade do governo federal na área do patrimônio incorporou inovações no discurso e na prática (SOPHIA, 2015).

⁸ Renato de Azevedo Duarte Soeiro formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes, tendo ingressado no Iphan em 1938 - ano de criação do próprio instituto - como assistente técnico de terceira classe. Foi nomeado, em 1946, diretor da Divisão de Conservação e Restauração, função que exerceu até o ano de 1967, quando passou a presidir o órgão no lugar de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Sophia 2015, 326).

⁹ A proposta do Programa era a de se efetivar dentro de uma perspectiva de política integrada, possibilitando maior eficiência aos investimentos públicos. Além disso, buscava a descentralização da política por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos na área de patrimônio cultural. Mais sobre o PCH, conferir CASTRIOTA, 2010, p. 100-101.



FIGURA 5 – À esquerda, edificação eclética de um pavimento no centro da imagem, localizada na Avenida Hermilo Alves, na primeira metade do século vinte. À direita, o edifício do Banco do Brasil, que a substituiu, construído com seis pavimentos e ornamentado com arcos de concreto armado.

Fonte: Imagem em P&B: Autor desconhecido. Arquivo da Biblioteca do Museu Regional de São João del-Rei, s.d.; Imagem colorida: fotografia de Diego Nogueira Dias, 2017.

Não se pode dizer o mesmo a respeito de São João del-Rei, onde essas políticas não tiveram desdobramentos práticos diretos. A pesquisa documental permitiu perceber que não se registram na cidade maiores novidades no campo da proteção do patrimônio. Identificou-se a inserção de uma série de construções de mais de três pavimentos no perímetro tombado, o que estabeleceu um precedente danoso. Essas intervenções destoam do conjunto urbano central, com horizontalidade predominante, que até então se mantivera íntegro. Excelente exemplo desse tipo de inserção equivocada pode ser encontrado no edifício do atual Banco do Brasil [5], localizado na avenida Hermilo Alves, que foi construído durante a administração do prefeito Lourival Gonçalves de Andrade, entre 1972 e 1976, cuja volumetria visivelmente impacta o conjunto tombado.

A estruturação do Escritório Técnico (1977 a 1988)

No ápice das desavenças entre Iphan, políticos e empresários ocorridas em 1948, o coronel Décio Palmeiro de Escobar envia relatório ao então presidente da República Eurico Gaspar Dutra esclarecendo os acontecimentos na busca de soluções. Após detalhar o contexto, os problemas e impasses encontrados, ele afirma

[...] A correção desses fatos dependeria de uma simples providência: a localização de um engenheiro ou técnico do patrimônio em São João del-Rei. Há um em Juiz de Fora [Arthur Arcuri], que não é considerada monumento histórico, nem se situa em região dotada de monumentos históricos. A permanência de um engenheiro em São João del-Rei facilitaria a conciliação dos legítimos interesses da comuna com os da preservação do nosso patrimônio histórico e artístico. (ESCOBAR, 1948, s.p.)

Àquela época, o pedido de aprovação de projeto era enviado para a sede do Iphan em Belo Horizonte. A solução proposta por Palmeiro de Escobar seria implantada apenas três décadas depois por pelo superintendente do Iphan Roberto Machado de Lacerda.

De acordo com Jorge José Taier¹⁰ (2015), que foi o primeiro técnico do Iphan residente em São João del-Rei, aí trabalhando entre 1978 e 1982, as idas e vindas para análises, ajustes e aprovações de projetos entre São João del-Rei e Belo Horizonte dificultavam os trâmites processuais. Essas dificuldades eram decorrentes da falta de um arquiteto atuante em representação local, tendo em vista que engenheiros e desenhistas existentes em São João del-Rei não elaboravam ou ajustavam os projetos seguindo os critérios relativos à preservação da área tombada.

Naquele momento, ainda segundo o depoimento de Taier, o trabalho foi facilitado pela ampliação da consciência do valor da preservação dos centros históricos, uma vez que o tema passava a ser mais debatido, sendo inclusive objeto de campanhas veiculadas na mídia televisiva.

O início da consolidação do Escritório Técnico em São João del-Rei foi bastante improvisado: o trabalho de Taier como técnico do Iphan acontecia em seu escritório particular, localizado na avenida Andrade Reis, ou em sua própria residência. Em suas palavras “Eu era o escritório”, fazendo menção ao caso dele ser, de fato, o único funcionário – e face visível – do Iphan na cidade (TAIER, 2015). Meses depois de sua contratação, o Iphan sofreu uma reestruturação administrativa, agregando a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), à qual Taier foi vinculado na condição de arquiteto responsável pela gestão da preservação nas cidades de São João del-Rei e Tiradentes.

O trabalho de Taier como arquiteto do Iphan em São João del-Rei foi ainda intensamente marcado pela antiga ideologia projetual do órgão, que estimulava o “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987, p.110). Os critérios adotados na análise de projetos possibilitavam demolições de monumentos e estimulavam a construção de réplicas de edificações do século XVIII, nas quais os beirais deveriam ser executados em telhas cerâmicas, enquanto no restante da área da cobertura aceitava-se telhas de fibrocimento. Exemplo desse tipo é a construção da casa paroquial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, que foi edificada em local onde existia um prédio eclético [6]. O falseamento e a museificação da paisagem levavam à suposição de que as novas edificações possuíam as mesmas características eleitas na condição de patrimônio que deveria ser preservado, integrante do núcleo formador da cidade.

FIGURA 6 – Vista parcial do centro histórico de São João del-Rei em 1987.

Fonte: Arquivo do Centro de Informação e Documentação do Iphan/MG, Belo Horizonte.



¹⁰ A proposta do Programa era a de se efetivar dentro de uma perspectiva de política integrada, possibilitando maior eficiência aos investimentos públicos. Além disso, buscava a descentralização da política por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos na área de patrimônio cultural. Mais sobre o PCH, conferir CASTRIOTA, 2010, p. 100-101.

Com a saída de Taier, a cidade permaneceu sem técnico responsável pela preservação do patrimônio até 1985, quando assume o cargo o arquiteto recém-formado Sérgio José Fagundes de Sousa Lima. Nessa época, a sede local do Iphan passou a funcionar em uma sala do Museu Regional de São João del-Rei, ensaiando os primeiros passos para uma existência própria.

A ação de Sérgio Lima à frente do escritório local foi essencial para a preservação da arquitetura eclética remanescente em São João del-Rei. Naquele período, esse estilo foi revalorizado no país e no mundo. Souza Lima estimulou a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (COMPHAC), do qual se tornou presidente, e promoveu o tombamento de vinte e duas edificações ecléticas localizadas nas avenidas Hermílio Alves e Eduardo Magalhães, contíguas à Estação Ferroviária.

A expansão do conceito de patrimônio arquitetônico, com a revalorização do ecletismo, levou a uma nova onda de reações da elite são-joanense. Imediatamente após o tombamento das avenidas, o COMPHAC foi extinto em virtude da pressão de políticos e comerciantes. Esse fato aconteceu antes mesmo que a nova Constituição Federal de 1988 delegasse aos municípios o direito e o dever de preservar o patrimônio local por meio da criação de conselhos municipais de patrimônio. Por outro lado, podemos levantar a hipótese de que o despertar da consciência para o valor da arquitetura eclética de São João del-Rei, expresso no tombamento dos imóveis das citadas avenidas pelo COMPHAC, levou o Iphan a expandir o seu olhar sobre a cidade, tombando individualmente o importante complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) e o trecho ferroviário da ligação de São João del-Rei a Tiradentes, cujos edifícios são caracteristicamente frutos da linguagem ecletismo.

Considerações finais

Destaca-se, no início da ação do Iphan em São João del-Rei, o predomínio quase absoluto pela preservação da arquitetura do século dezoito. Essa linguagem era considerada, conforme a visão historiográfica dominante, representativa do período que poderia nos fornecer um modelo nacional próprio, e que deveria, portanto, ser preservada com rigor. Entretanto, acompanhar a trajetória do Iphan na cidade permitiu entender, numa escala local, o percurso da ação de preservação do patrimônio em nosso país, pois ali se refletiram as diversas concepções, metodologias, escolhas e impasses que também aconteceram em nível nacional.

Observa-se ainda que a política conduzida pelo Iphan no Brasil consolidou a desconsideração da importância cultural da arquitetura eclética. Tal atitude gerou consequências que perduram até hoje, evidenciadas em descaracterizações e demolições de prédios construídos entre a segunda metade do século dezanove e as primeiras décadas do século vinte. As propostas e as estratégias de preservação advindas do Iphan estiveram - e, muitas vezes, ainda estão - desligadas do processo histórico de transformação urbana, negando aspectos intrinsecamente relacionados à história dessas localidades e construindo arbitrariamente modelos a serem seguidos e preservados.

O enfoque predominante dado à arquitetura do período colonial explica tanto a delimitação do perímetro de tombamento de São João del-Rei quanto os diversos embates ali travados. Sob outra perspectiva, pôde-se identificar também um movimento duplo na atuação do Iphan, principalmente a partir de meados da década de 1970. A designação de arquiteto para ali atuar e a abertura de um escritório técnico, por um lado, e por outro, a consolidação da visão modernista de que a arquitetura eclética não seria patrimônio passível de preservação contribuíram para a extinção do COMPHAC.

Caso as equipes responsáveis pela preservação patrimonial continuarem agindo à luz desse pensamento e das diretrizes da época da criação do Iphan, valorizaremos os mesmos tipos de bens. Quando nos dermos conta, o patrimônio do século dezenove terá perdido seus melhores exemplares.

Referências

Arquivo do Centro de Documentação e Informação do Iphan/MG, Belo Horizonte.

Assunto: São João del-Rei. Pastas: Cidade de São João del-Rei Administrativo 1938-1957, Cidade de São João del-Rei Administrativo 1958-1984, Conjunto Arquitetônico Boletins 1955, Conjunto Arquitetônico Boletins de Obras 1956-1957, Conjunto Arquitetônico Boletins de Obras 1958-1959, Conjunto Arquitetônico Boletins 1961, Conjunto Arquitetônico Boletins de Obras 1962-1963, Conjunto Urbano, Diversos, Prefeitura, Relatórios, Requerimentos Coletivos.

Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei. Assunto: São João del-Rei. Fotografias:

Ruas: Arthur Bernardes, Capitão Vilarim, Carvalho Resende, Coronel Tamarindo, do Carmo, Dr. José Mourão, João Mourão, Marechal Bittencourt, Marechal Deodoro, Resende Costa, Santa Teresa, Santo Antônio, Sebastião Sette; Praças: Dr. Salatiel, Embaixador Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira, Prefeito Antônio das Chagas Viegas, Severiano de Resende.

BICALHO, Carlos H.; BRANDÃO, Mariana G.; OLIVEIRA, Françoise G. **Conjunto Arquitetônico Sylvio de Vasconcellos**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo B. **PAC Cidades Históricas** – oportunidade para a conservação integrada? In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 93-117, 2010.

CHUVA, Márcia R. R. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ESCOBAR, Coronel Décio Palmeiro de. Relatório à Presidência da República. Rio de Janeiro, 1948. **Arquivo do Centro de Informação e Documentação do Iphan/MG**, Belo Horizonte, s.p.

FONSECA, Maria C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FLORES, Ralf J. C. **São João del-Rei: Tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso**. 2007. 237p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

GUIMARÃES, Marcos V. T. **Casario imperial: arquitetura urbana em transformação - São João del-Rei, c. 1810-1880**. 2016. 463p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOTTA, Lia. **A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

PEREIRA, Honório N. **Permanências e Transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei, 1937-1967)**. 2009. 284p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 114, p.179-195, 2001.

PINHEIRO, Maria L. B. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2011.

SANTOS, Vivian P. B. **A preservação do patrimônio artístico**: mapeamento dos bens móveis tombados do Modernismo Brasileiro. In: Anais do IV Encontro de História da Arte - IFCH. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. 535-543.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena M. B., COSTA, Vanda M. R. (orgs.). **Tempos de Capanema. Rio de Janeiro**: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SOPHIA, Daniela C. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: DOMINGUES, Heloisa M. B.; GRANATO, Marcus; BARBOZA, Christina H. da Motta; VALENTE, Maria E. A. (orgs.). **Coleção MAST: 30 anos de pesquisa** - Volume 1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, p. 317-338.

TAIER, Jorge J. **Jorge José Taier**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Diego Nogueira Dias. São João del-Rei: arquivo pessoal do autor, 2015. 1 arquivo mpeg.4 (84 min.). Entrevista concedida ao projeto de iniciação científica "Cidade-Monumento: a atuação do Iphan em São João del-Rei entre 1970 e 1988", Universidade Federal de São João del-Rei, 2015.

TAVARES, Denis P. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei**: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). 187p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Informação nº 64 - DPHAN Rio de Janeiro, 1967. **Arquivo do Centro de Informação e Documentação do Iphan/MG**, Belo Horizonte, s.p.

DATA DE SUBMISSÃO DO ARTIGO: 07/08/2017 APROVAÇÃO: 05/12/2017

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito e a qualidade das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 1679-7604) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.